

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

- 1. Data, Hora e Local:** Aos 18 (dezoito) dias do mês de abril de 2024, às 08h, no endereço da sede social da Companhia, localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, no Lote 02A, Vila Espírito Santo, Zona Rural, CEP 59.663-000.
- 2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas.
- 3. Mesa:**
Presidente: Liu Gonçalves de Aquino
Secretária: Joana Oliveira Nunes Teixeira Tolentino
- 4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a redução de capital social da Companhia, e a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
- 5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da presente assembleia seria lavrada em forma sumária, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Em seguida, por Serra do Mel Holding S.A., única acionista da Companhia, foi deliberado sobre as matérias constantes da ordem do dia, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, da seguinte forma:
 - (i)** Foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.232.215,37 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos), mediante o cancelamento de 2.073.745 (dois milhões, setenta e três mil, setecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, por este ter sido considerado excessivo em relação ao objeto da Companhia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., mediante a entrega do referido montante para o único acionista da Companhia;



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

O acionista autoriza a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação da redução de capital ora aprovada, em especial aquelas previstas no Artigo 174 da Lei das S.A. Ainda, o Acionista autoriza a suspensão da presente ata pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação do extrato da presente ata, dando ciência da redução de capital de R\$ 1.232.215,37 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos);

Em virtude das deliberações acima, o capital social da Companhia passa **de** R\$ 45.578.383,49 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), dividido em 80.438.872 (oitenta milhões, quatrocentas e trinta e oito mil, oitocentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, **para** R\$ 44.346.168,12 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e doze centavos), dividido em 78.365.127 (setenta e oito milhões, trezentas e sessenta e cinco mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5º. O capital subscrito e integralizado da Companhia é na presente data de R\$ 44.346.168,12 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e doze centavos), dividido em 78.365.127 (setenta e oito milhões, trezentas e sessenta e cinco mil, cento e vinte e sete) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. [...]"

- (ii) Foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações acima, conforme o Anexo I a esta ata.

- 6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **MESA:** Liu Gonçalves de Aquino (Presidente da Mesa) e Joana Oliveira Nunes Teixeira Tolentino



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

(Secretária da Mesa). **ACIONISTA: SERRA DO MEL HOLDING S.A.**, neste ato representada por seus Diretores Liu Gonçalves de Aquino e Raimundo Barretto Bastos.

Liu Gonçalves de Aquino (Presidente da Mesa) e Joana Oliveira Nunes Teixeira Tolentino (Secretária da Mesa) certificam que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio da Companhia.

Serra do Mel, 18 de abril de 2024.

Mesa:

Liu Gonçalves de Aquino
Presidente

DocuSigned by:
Joana Oliveira Nunes Teixeira Tolentino

PEFBACCEBE90424...
Joana Oliveira Nunes Teixeira Tolentino
Secretária

Acionista:

SERRA DO MEL HOLDING S.A.
Liu Gonçalves de Aquino
Diretor

SERRA DO MEL HOLDING S.A.
Raimundo Barretto Bastos
Diretor



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024.

ESTATUTO SOCIAL

DA

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE e PRAZO de DURAÇÃO

Artigo 1º: A companhia tem a denominação de **VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** (a seguir designada simplesmente "Companhia") e é uma Companhia por ações de capital fechado com propósito específico, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º: A Companhia tem sua sede situada no Lote 02-A, Vila Alagoas, Zona Rural, CEP 59.663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, e seu foro jurídico na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir e fechar filiais, sucursais ou estabelecimentos de qualquer natureza, no país ou no exterior, mediante autorização da assembleia geral.

Artigo 3º: A Companhia tem por objeto: **(i)** a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica do parque eólico denominado "EOL Vila Alagoas II"; **(ii)** a comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono, em virtude da entrada em operação do projeto desenvolvido pela Companhia, suas subsidiárias ou empresas nas quais a Companhia detém participação, nos termos da legislação aplicável subsequente; e **(iii)** a participação no capital de outras sociedades (empresárias ou não empresárias), com objeto social compatível com o(s) da Companhia, como sócia, acionista ou quotista, seja no Brasil e/ou no exterior.

Parágrafo Único: Para a consecução do objeto social, a Companhia poderá importar máquinas e equipamentos em geral, bem como quaisquer bens relacionados às atividades da Companhia.

Artigo 4º: A Companhia terá duração por prazo indeterminado.



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 5º: O capital subscrito e integralizado da Companhia é na presente data de R\$ 44.346.168,12 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e oito reais e doze centavos), dividido em 78.365.127 (setenta e oito milhões, trezentas e sessenta e cinco mil, cento e vinte e sete) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro: Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral.

Parágrafo Segundo: A Companhia poderá emitir ações preferenciais, em decorrência de subscrição, bonificação ou desdobramento, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixando-lhes as respectivas preferências, vantagens, condições de resgate, amortização ou conversão. A Companhia também poderá emitir debêntures e bônus de subscrição, nos termos previstos na legislação vigente.

Parágrafo Terceiro: A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da assembleia geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis.

Parágrafo Quarto: Mediante deliberação e aprovação nesse sentido, a Companhia poderá receber adiantamentos para futuro aumento de capital de seus acionistas.

Parágrafo Quinto: É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia, não podendo haver nenhum título desta natureza em circulação.

Artigo 6º: A Companhia poderá aplicar lucros ou reservas no resgate ou na amortização de ações, conforme as condições e os procedimentos estabelecidos pela assembleia geral, em observância ao disposto no artigo 44 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das S.A.") e no presente estatuto social.



Joana Tolentino

Reservado para chancela digital da Junta Comercial – não rubricar neste espaço

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

Artigo 7º: As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º: A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à assembleia geral de acionistas deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A., bem como sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro: A assembleia geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer outro membro da Diretoria. O presidente da assembleia geral escolherá um dos presentes para secretariar os trabalhos. A assembleia geral será convocada por qualquer membro da Diretoria, ou ainda por qualquer acionista.

Parágrafo Segundo: As deliberações das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste estatuto social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não sendo computados os votos em branco.

Parágrafo Terceiro: Não obstante o disposto no Parágrafo 2º acima, enquanto a Companhia tiver como acionista o Ipiranga Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 20.213.311/0001-46 ("Ipiranga FIP"), todas e quaisquer matérias a serem deliberadas pela assembleia geral dependerão de voto afirmativo do Ipiranga FIP para sua aprovação.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º: A Companhia será administrada por uma Diretoria, estando seus membros dispensados de prestar caução para exercício das suas funções.

Artigo 10º: A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, todos residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, que serão eleitos e



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros não reeleitos permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

Parágrafo Segundo: A investidura dos Diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio.

Artigo 11º: No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas pelo outro Diretor. No caso de vacância, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela assembleia geral.

Artigo 12º: A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. Com exceção dos atos que devem ser submetidos para deliberação da Assembleia Geral, como estabelecido por lei ou por esse estatuto social, os Diretores são responsáveis: **(i)** pela execução das deliberações da assembleia geral; **(ii)** pela direção e administração dos negócios da Companhia, seguindo as atribuições e limites estabelecidos neste estatuto social, pelo Conselho de Administração (quando houver) e o Plano de Negócios da Companhia; **(iii)** por redigir os programas, projetos e regras operacionais da Companhia; e **(iv)** por resolver todas as outras matérias de sua competência.

Artigo 13º: A Diretoria manterá uma reunião anual, a qual ocorrerá dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano fiscal, para deliberar sobre a sua política comercial.

Parágrafo Primeiro: Haverá reuniões extraordinárias, realizadas sempre que convenientes ou necessárias, bem como quando os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Segundo: As reuniões extraordinárias serão convocadas por qualquer Diretor, por documento escrito, que poderá ser encaminhado, inclusive, via e-mail, com



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Terceiro: A notificação acerca da ocorrência da reunião da Diretoria deverá informar a data e o horário em que ocorrerá a reunião, bem como os assuntos a serem deliberados. A presença de todos os Diretores dispensa a convocação prévia da reunião.

Parágrafo Quarto: As reuniões da Diretoria somente ocorrerão com a presença de todos os Diretores no local designado ou através de videoconferências, quando necessário.

Parágrafo Quinto: Qualquer Diretor poderá votar nas reuniões da Diretoria mediante carta, telegrama, e-mail, fax, etc., cujo voto será reproduzido em ata.

Artigo 14º: A Companhia será sempre representada, em todos os atos da seguinte forma:

- (i) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (ii) por qualquer Diretor ou procurador, para a prática de atos que envolvam exclusivamente a representação da Companhia em processos judiciais e/ou administrativos, inclusive para a outorga de procurações para fins de representação da Companhia em citados processos;
- (iii) por um Diretor, em conjunto com um procurador com poderes específicos, nos termos do parágrafo 1º abaixo; e/ou
- (iv) por um ou mais procuradores com poderes específicos, nos termos do parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo Primeiro: As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, e terão prazo de validade limitado ao prazo máximo de um 1 (um) ano, exceto: (i) pelas procurações *ad judicia*, que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado; e/ou (ii) procurações concedidas no âmbito de contratos de financiamento de longo prazo e dos contratos acessórios relacionados aos referidos contratos de financiamento, cujo prazo de validade poderá ser equivalente à vigência dos respectivos instrumentos para os quais forem outorgadas.

Parágrafo Segundo: A assembleia geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

Artigo 15º: Quaisquer atos de qualquer Diretor da Companhia, funcionário ou procurador que diga respeito à Companhia e envolva qualquer obrigação relacionada ao negócio ou operações estranhas ao propósito da companhia, ou que foram feitas em violação às disposições estabelecidas neste estatuto social ou na legislação brasileira são expressamente proibidas, e devem ser consideradas nulas e inoperantes.

CAPÍTULO V

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 16º: O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo Único: As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, anualmente, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Artigo 17º: Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Artigo 18º: Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da Lei das S.A., 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia.

Artigo 19º: Do saldo restante, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos antecedentes, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, exceto se a assembleia geral de acionistas decidir de outra forma, inclusive pela retenção de todo o lucro da Companhia.



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

Artigo 20º: O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela assembleia geral ordinária.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 21º: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da assembleia geral, mediante deliberação de acionistas representando a maioria absoluta do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração.

Artigo 22º: Os casos omissos ou duvidosos deste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes.

Artigo 23º: A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal (se instalado) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – BCB e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara ("Regulamento") e o disposto na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei de Arbitragem").

Parágrafo Primeiro: O tribunal arbitral será composto de 3 (três) árbitros, 1 (um) dos quais será nomeado pela(s) parte(s) requerente(s) e 1 (um) pela(s) parte(s) requerida(s). A Companhia não nomeará árbitros, mas participará da arbitragem na medida estritamente necessária para que as decisões do tribunal arbitral possam ser implementadas e cumpridas. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos 2 (dois) árbitros então nomeados pelas partes. Caso, nos termos do Regulamento: **(i)** os árbitros já nomeados não escolham o 3º (terceiro) árbitro, por qualquer razão; ou **(ii)** qualquer das partes deixe de nomear o árbitro que lhe caberia indicar, os árbitros pendentes de nomeação serão indicados pelo presidente da Câmara, nos termos do Regulamento. Na hipótese de procedimentos envolvendo 3 (três) ou mais partes que não possam ser reunidas em blocos de requerentes e/ou



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

de requeridos, todas as partes, em conjunto, nomearão 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação da Câmara. Nesse caso, o 3º (terceiro) árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os 2 (dois) árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, nos termos do Regulamento, que designará um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Segundo: A sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na República Federativa do Brasil. O idioma da arbitragem será o português. A arbitragem será processada e julgada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. Toda sentença arbitral será final e vinculará as partes, conforme o caso, e seus cessionários e sucessores a qualquer título.

Parágrafo Terceiro: Antes da constituição do tribunal arbitral, as partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e ações de execução de sentença arbitral ao Poder Judiciário, as quais poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha do interessado, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Quarto: A partir da constituição do tribunal arbitral, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, o qual deverá se pronunciar no sentido de manter, revogar ou modificar as medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. Para quaisquer outras medidas judiciais, inclusive as previstas na Lei de Arbitragem, fica eleita exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que o requerimento de qualquer medida judicial não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de controvérsias entre as partes.

Parágrafo Quinto: Até a assinatura do termo de arbitragem, o presidente da Câmara poderá, a pedido das partes, determinar a consolidação de procedimentos arbitrais simultâneos em curso na própria Câmara, fundados neste ou em qualquer outro instrumento, desde que os procedimentos possuam mesmo objeto ou mesma causa de pedir. Após a assinatura do termo de arbitragem, essa competência será do tribunal arbitral, o qual poderá, se for o caso,



Joana Tolentino

VILA ALAGOAS II EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ Nº 34.109.311/0001-05 – NIRE Nº 24.300.013.043

manter, revogar ou modificar a decisão anteriormente tomada pelo presidente da Câmara. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

Parágrafo Sexto: A sentença arbitral fixará os encargos da arbitragem e determinará qual das partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos tais encargos entre as partes da arbitragem, respeitado o princípio da sucumbência.

Artigo 24º: É garantido qualquer acionista o acesso a contratos celebrados pela Companhia com partes a ela relacionadas, incluindo seus acionistas e administradores, bem como a acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

Artigo 25º: Em caso de abertura de seu capital e obtenção de registro de companhia aberta na categoria A, a Companhia obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa previstas na Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada de tempos em tempos.

* _ * _ *



Joana Tolentino